

524^a Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

No dia 7 de fevereiro de 2025, às 9h30, no Teatro Arraial, situado na Rua da Aurora, 45, Boa Vista, Recife/PE, teve início a reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural (CEPPC), realizada de forma presencial, sendo esta a 524^a. Estiveram presentes à reunião ordinária, conforme lista de presença, os(as) seguintes Conselheiros(as) Titulares: Ana de Fátima Braga Barbosa; Augusto Ferrer de Castro Melo; Cláudio Brandão de Oliveira; Elinilde Marinho de Lima; Francisco Sidney Rocha de Oliveira; Harlan de Albuquerque Gadêlha Filho; Maria Cláudia Dubeux de Paula Figueiredo Batista; Maria Elizabeth Santiago de Oliveira; Maria Teresa Caminha Duere. Conselheiros (as) Suplentes: Cristiane Feitosa Cordeiro de Souza; Henrique Luiz de Lucena Moura; Márcio Campos D'Oliveira; Mons. José Albérico Bezerra. PAUTA ÚNICA: 01 – Atos de desrespeito de cunho religioso contra o Terreiro Xambá - participação do Babalorixá Ivo da Xambá. **Cacau de Paula** deu início à 524^a reunião ordinária do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural. A pauta única abordava atos de desrespeito de cunho religioso contra o Terreiro Xambá. Para iniciar a discussão, convidou o Padre Fábio Potiguar a falar, deixando a palavra aberta para ele. Após sua fala, haveria outra intervenção antes da abertura para debates. Ela agradeceu a presença do padre e concedeu a palavra a ele. **Padre Fábio Potiguar** ressaltou a importância do respeito e da valorização da diversidade religiosa, destacando que todas as crenças possuem uma base ética, estética e mística comum. Ele mencionou a atuação da Arquidiocese na promoção do diálogo inter-religioso e a participação de diferentes tradições religiosas, incluindo Candomblé, Umbanda, Judaísmo e Islamismo, em fóruns de debate e confraternização. Ao abordar os ataques ao terreiro Xambá, classificou o ocorrido não apenas como intolerância religiosa, mas como racismo religioso, enfatizando que tais atos refletem o avanço de forças reacionárias marcadas pelo ódio e pela discriminação. Citou a defesa da liberdade religiosa no Concílio Vaticano II e destacou a atuação de papas como João Paulo II, Bento XVI e Francisco em encontros inter-religiosos ao redor do mundo. Ele também mencionou ações concretas do Fórum de Diálogo Inter-religioso, incluindo visitas a terreiros e atos de reparação, reforçando o compromisso da Igreja Católica com a dignidade humana e a liberdade religiosa. Por fim, sugeriu que o Conselho encaminhasse medidas para enfrentar esse tipo de violência e promover o respeito entre as religiões. **Cacau de Paula** agradeceu ao Padre Fábio por sua fala e ao Babalorixá Ivo da Xambá por sua presença. Em seguida, concedeu-lhe a palavra para que pudesse se manifestar. **Pai Ivo da Xambá** relatou um episódio de intolerância religiosa ocorrido em seu terreiro no dia 19, quando um grupo colocou carros de som em frente ao local para afastar "o mal". Ao abordar um dos responsáveis, identificou proselitismo religioso e intolerância. Ele e outras pessoas tomaram medidas e perceberam que os envolvidos agiam sob ordens superiores. As deputadas Rosa Amorim e Dani Portela apoiaram a criação de uma delegacia especializada em crimes de intolerância religiosa. Pai Ivo defendeu a valorização da cultura africana na educação e criticou a visão eurocêntrica predominante no ensino, destacando o impacto do racismo estrutural. Mencionou também o apagamento da história negra, como o papel dos negros na construção do país e a exploração do trabalho escravizado. Criticou o uso da religião para justificar desigualdades e o papel dos fundamentalistas religiosos na perpetuação da intolerância. Destacou a necessidade de políticas públicas que reconheçam o Candomblé como

(Assinaturas)

524ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

patrimônio cultural e protejam os terreiros. Citou a importância de datas históricas ignoradas, como o verdadeiro contexto da resistência de Zumbi dos Palmares. Lamentou que a elite continue a controlar a narrativa histórica e ressaltou que a liberdade não é concedida, mas conquistada. Por fim, pediu apoio para fortalecer o reconhecimento da cultura afro-brasileira, garantindo que futuras gerações tenham acesso a uma educação mais justa e representativa. Encerrou com um provérbio yorubano: "Enquanto os leões não contarem sua história, a história do caçador prevalecerá". **Elinildo Marinho** iniciou cumprimentando os presentes e destacou a importância da participação de Pai Ivo na reunião do Conselho. Mencionou que a presença do líder religioso se deu em resposta a uma demanda trazida por Mãe Beth, discutida na reunião anterior, e que culminou naquele momento de diálogo sobre a Casa Xambá, patrimônio vivo de Pernambuco. Ressaltou a falta de uma manifestação mais contundente do Governo do Estado em relação ao ocorrido e sugeriu que o Conselho realizasse uma visita ao local para conhecer melhor o patrimônio. Enfatizou a relevância da educação no contexto dos saberes e fazeres tradicionais, conforme previsto nos artigos 215 e 216 da Constituição. Defendeu a inclusão desse tema no plano de trabalho do Conselho e mencionou um programa de educação patrimonial em desenvolvimento pela Fundarpe, que deveria contemplar questões como racismo e intolerância religiosa. Ressaltou a importância de levar esses debates para as escolas, utilizando patrimônios vivos como agentes protagonistas na desconstrução de preconceitos enraizados na sociedade. Além disso, sugeriu que a Semana do Patrimônio tivesse o racismo como tema central e mencionou o trabalho de Bárbara Karine sobre letramento racial e herança cultural negra como uma referência relevante. Por fim, dirigiu-se a Pai Ivo com duas perguntas: o que ele esperava do Conselho em relação ao crime cometido contra a Casa Xambá e qual era a situação do processo após a denúncia. **Pai Ivo da Xambá** informou que o processo já estava em andamento na delegacia, com as oitivas sendo realizadas antes de qualquer definição jurídica. Mencionou que um grupo evangélico demonstrou interesse em dialogar, mas considerou a abordagem uma tentativa de minimizar a gravidade da situação. Criticou a impunidade no Brasil, afirmando que antigos opressores continuavam a ocupar posições de poder, perpetuando desigualdades históricas. Defendeu a necessidade de uma delegacia especializada em intolerância religiosa, como já existia na Bahia, mas destacou que a solução definitiva passava pela educação. Comparou o combate à intolerância ao atendimento médico, argumentando que, assim como um cardiologista primeiro trata o paciente e depois orienta sobre prevenção, a repressão ao crime deveria ser acompanhada por um esforço educacional. Sugeriu que as creches adotassem uma abordagem pedagógica voltada à cultura africana, citando a novela das seis (da Rede Globo), como um exemplo de representatividade positiva. Criticou a forma como as religiões de matriz africana eram retratadas nas escolas, frequentemente associadas ao mal, o que reforçava preconceitos. Concluiu que apenas a punição não seria suficiente para solucionar o problema, comparando a situação à Lei Maria da Penha, que, apesar das punições previstas, não impedia a recorrência da violência contra às mulheres devido à falta de um trabalho educativo eficaz. Novamente com a palavra, Padre Fábio Potiguar abordou a questão da educação e destacou que os critérios do Estado incluíam hinos religiosos e referências bíblicas. Ressaltou que, apesar das assinaturas de vários governadores a favor do

524ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

intervalo bíblico e do uso da Bíblia nas escolas, era fundamental garantir que outros livros sagrados também fossem considerados e que o ensino religioso seguisse a legislação vigente. Afirmou que, nas escolas, não deveria haver ensino exclusivamente católico ou evangélico. Citou como exemplo as próprias escolas confessionais católicas, que, mesmo mantendo sua identidade religiosa, apresentavam todas as expressões de fé aos alunos. Alertou para o risco do avanço de práticas que ferissem o Estado laico nas escolas públicas e propôs que essa questão fosse discutida com responsabilidade, como um dos encaminhamentos do Conselho. **Cacau de Paula** sugeriu que a visita à Casa Xambá fosse um dos encaminhamentos do Conselho. Propôs, também, a responsabilidade de convidar a Secretaria de Educação para participar, considerando a educação como prioridade. Além disso, destacou a importância de reservar um momento para discutir a criação de uma delegacia especializada em crimes de intolerância religiosa, sugerindo que essa pauta fosse incluída entre os encaminhamentos do grupo. **Harlan Gadêlha** ressaltou a importância do compromisso do Conselho com a cidadania e a responsabilidade coletiva na luta contra crimes de intolerância e racismo. Mencionou sua vivência durante a ditadura e a dificuldade em estabelecer o racismo como crime na Constituição de 1988, enfatizando que a discriminação contra a população negra persiste no país. Defendeu a necessidade de uma nota oficial do Conselho sobre o caso, além da participação ativa em uma audiência com a governadora Raquel Lyra. Argumentou que a criação de uma delegacia especializada em crimes de intolerância religiosa era essencial, mas que, sem profissionais comprometidos, o problema persistiria. Propôs, ainda, a criação de uma vara judicial específica para tratar desses crimes, a exemplo das varas da infância e do idoso. Além da visita à Casa Xambá, sugeriu que todos os patrimônios vivos fossem protegidos e valorizados, não apenas com bolsas financeiras, mas como parte da cultura popular. Destacou a necessidade de igualdade de direitos e do combate ao preconceito, citando a dívida histórica do Brasil e de Pernambuco com a África. Enfatizou que cabia ao Conselho agir no presente para garantir justiça às futuras gerações. Concedida a palavra aos visitantes, **Josenilda Maria da Silva**, representante da sociedade civil e museóloga, destacou sua trajetória na cultura, com 36 anos de experiência em dança e participação em diversos grupos culturais. Afirmou que o Estado já deveria ter tomado providências concretas diante dos casos de intolerância religiosa, ressaltando que a ação contra a Casa Xambá foi orquestrada, coincidentemente ocorrendo no Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, em 21 de janeiro. Relatou que um episódio semelhante ocorreu em Prazeres, onde tentou contato com os responsáveis pelo terreiro afetado, sem sucesso. Enfatizou que não bastava apenas propor fóruns e discussões sem ações concretas, cobrando medidas efetivas. Declarou seu apoio a Pai Ivo e reafirmou seu compromisso como integrante da REMUPE – Rede de Museus de Pernambuco. **Maria Elizabeth Santiago**, yalorixá do Ilê Axé Oxum Karê, compartilhou sua profunda preocupação com a crescente intolerância religiosa no Brasil. Relatou que, como integrante de diversas redes ecumênicas, incluindo rabinos e padres, luta por um país plural e questionou a ascensão do fundamentalismo, com destaque para a bancada evangélica nas casas legislativas. Maria Elizabeth enfatizou que a violência contra os terreiros de matriz africana, muitas vezes incitada pela mídia e por líderes religiosos, não pode ser ignorada. Mencionou um episódio em que suas filhas foram agredidas por

[Handwritten signatures and initials follow, including 'Djalma', 'AP', 'Maurício', 'H', 'A', 'T', 'J', 'C', 'J', 'V', '3', and 'J' with a checkmark]

524ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

uma mulher em público, que as acusou de adorar o diabo, destacando que esse tipo de comportamento é fomentado por programas da mídia brasileira, como o *Fala Que Eu Te Escuto*. Criticou a omissão das instituições religiosas, especialmente da Igreja Católica, e a falta de ação por parte do governo. Ressaltou que, ao longo da história, a lei muitas vezes criminalizou práticas das religiões de matriz africana e afirmou que a sociedade não pode aceitar a continuidade dessa violência. A líder religiosa defendeu a urgência da luta pela laicidade do Estado e pelo respeito à diversidade cultural e religiosa. Criticou a ocupação de escolas e conselhos por pessoas com uma agenda fundamentalista e destacou que, sem diálogo, não há avanço. Maria Elizabeth concluiu que a sociedade precisa se unir para garantir um espaço de respeito à pluralidade religiosa e cultural, rejeitando qualquer forma de violência ou discriminação. Palavra concedida a outro visitante, **Jorge Filho**, representante da sociedade civil, iniciou sua fala cumprimentando a todos e destacando sua admiração pelo Conselho. Advogado de Pai Ivo, ele fez observações sobre o caso em questão, mencionando que a delegacia tem tratado o caso de maneira adequada, mas apontou um problema importante: os agentes não estão preparados para lidar com crimes relacionados à intolerância religiosa e ao racismo. Ele destacou que casos como o de Pai Ivo frequentemente são tipificados de forma equivocada, como “briga de vizinho” ou “destruição de patrimônio”, sem considerar a gravidade dos crimes de intolerância religiosa. Jorge sugeriu a criação de uma vara judicial específica para tratar desses crimes e punir os responsáveis de forma mais eficaz. Além disso, ele pediu que, ao se dirigir ao Gabinete da Governadora, o Conselho, além de solicitar uma delegacia qualificada, intensifique suas ações nos programas e editais voltados para a cultura africana. **Harlan Gadêlha** sugeriu que, além da audiência com a Governadora, o Conselho solicitasse uma reunião com o presidente do Tribunal de Justiça, uma vez que a criação da vara judicial seria de competência do tribunal, e não da Governadora. Propôs também que o Conselho encaminhasse um pedido ao procurador-geral de Justiça para a criação de uma vara ou departamento no Ministério Público destinado a tratar de casos de intolerância religiosa. Explicou que, embora a Governadora possa criar a delegacia especializada, os casos ainda seriam encaminhados a uma vara comum no judiciário, o que limita a eficácia do combate a esses crimes. Por fim, sugeriu que o Conselho incluísse essa proposta como pauta em uma audiência com Pai Ivo. Outro pronunciamento de visitante, **Gleidson Silva**, membro do Quilombo da Xambá e atuante na cultura e produção cultural, destacou a importância da área do quilombo, que foi reconhecida desde 2006/2007, e sugeriu a necessidade de envolver as resistências federais nesse processo. Propôs que a área fosse incluída no Plano Diretor de Olinda como uma zona específica para o quilombo. Mencionou que a Casa Xambá, patrimônio vivo desde 2018, necessita de uma proteção mais efetiva. Sugeriu o fechamento de uma rua em Xambá, de forma que não interferisse na circulação do bairro, mas que protegeria o patrimônio da casa, evitando danos causados pelos caminhões pesados que passam pela área. Pediu que o estado considerasse a viabilidade de transformar a rua em um espaço exclusivo para pedestres e atividades culturais, preservando o patrimônio e evitando sua degradação. Registrhou essa sugestão para futuras ações. **Padre Fábio Potiguar** sugeriu, caso fosse aprovado por todos, que o Fórum de Diálogo Inter-religioso participasse das audiências, destacando a representatividade das diversas religiões, como cristãos, budistas, religiões

524ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

de matriz africana, muçulmanos e judeus. Ele disse que essa participação conferiria maior importância às discussões, caso fosse aceita pelos participantes. **Yasmim Neves**, enquanto Secretária Executiva de Cultura, destacou a importância do momento para discutir o racismo, seja ele religioso ou estrutural. Ressaltou que já era tempo de ir além das discussões e implementar ações reais e efetivas para minimizar esse problema. Como mulher preta, afirmou não acreditar no fim do racismo, pois as violências diárias atingem esse povo mesmo sem precisar sair de casa. Ela anotou diversas questões e mencionou que conversaria com a Secretaria Cacau para que a Secult pudesse se envolver mais ativamente na luta contra o racismo, que diariamente tira vidas. Compartilhou que, como Yawô recente, havia raspado o orí para sua mãe Oyá, e que sua simples presença em espaços públicos já era considerada uma afronta por aqueles que se achavam donos do poder. Antes de se retirar, reafirmou seu compromisso de retornar ao espaço para ouvir e pautar políticas públicas, considerando esse um dever fundamental dos servidores do Estado. Desejou a todos uma ótima sexta-feira e pediu que seu pai Oxalá abençoasse cada um, encerrando com a promessa de futuros encontros. **Ana Barbosa** considerou a manhã de debates extremamente rica em reflexões, aprendizados e ideias produtivas, destacando a necessidade de transformar essas propostas em ações concretas. Para garantir que nenhum ponto fosse esquecido, organizou uma lista com os principais encaminhamentos. Entre as demandas mencionadas, manteve-se o pedido pela criação de uma delegacia especializada, além da inclusão da educação em creches localizadas em quilombos, assegurando uma abordagem adequada à linguagem e à cultura quilombola. Também foi levantada a necessidade de uma audiência com a Governadora. Além disso, destacou a sugestão do conselheiro Harlan, que propôs a realização de audiências com o Ministério Público e o procurador-geral de Justiça para tratar das demandas apresentadas. **Maria Elizabeth Santiago** enfatizou a importância de registrar os casos na delegacia e de considerar a criação da vara especializada mencionada por Harlan. Durante a semana, já havia discutido com ele formas de construir uma narrativa e uma estratégia para provocar reflexões dentro do Ministério Público sobre o tema. Ela destacou a desigualdade no acesso à comunicação, mencionando que grupos poderosos dominavam a televisão aberta para fazer proselitismo e criminalizar práticas religiosas de matriz africana. Apesar da grandeza dessas tradições, a sensação era de invisibilidade diante da força da mídia. Maria Elizabeth questionou o papel do Conselho nesse cenário e provocou Ana Barbosa a buscar instâncias que pudessem ser acionadas. Também sugeriu que fosse registrada formalmente a necessidade de atuação do Ministério Público em relação à comunicação que distorce e ataca as religiões de matriz africana. Por fim, reforçou a necessidade de construir estratégias para enfrentar essa realidade e proteger o patrimônio imaterial dessas tradições. **Harlan Gadêlha** sugeriu que fosse levantado o número de concessões de rádio e TV existentes em Pernambuco, solicitando essas informações ao Ministério das Comunicações. Ele propôs, ainda, que fossem verificados os prazos dessas concessões, que, segundo a legislação, são renovados a cada dez anos. Além disso, destacou a importância de acompanhar quais grupos detinham essas concessões e como estavam cumprindo suas obrigações na programação. Ressaltou que a sociedade civil precisava agir nesse processo, fiscalizando e garantindo que os meios de comunicação respeitassem a diversidade e os



524ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

direitos das comunidades. **Elinildo Marinho** sugeriu que o Conselho, a Secult e a Fundarpe garantissem o registro da reunião, incluindo os debates, conversas e propostas discutidas. Propôs, ainda, que fosse produzida uma matéria sobre a pauta abordada e que, aproveitando a presença de Pai Ivo, a Secult e a Fundarpe coletassem um depoimento. Destacou a importância de dar visibilidade ao tema, sugerindo que o material fosse publicado no portal Cultura PE. **Pai Ivo da Xambá** destacou a importância da nota de solidariedade produzida pelo Conselho e alertou sobre a necessidade de diferenciar quilombos rurais, que tratam da terra, e quilombos urbanos, voltados para o empoderamento social. Ele mencionou que o Quilombo Xambá, o segundo quilombo urbano do Brasil e o primeiro do Nordeste, foi demarcado e reconhecido pelo poder público, mas carecia de políticas públicas efetivas. Defendeu a realização de um levantamento para identificar profissionais como pedreiros, carpinteiros e costureiras, com o objetivo de estruturar ações concretas. Criticou a evangelização de quilombolas, ressaltando que muitos são levados pelo estômago e afastados de sua cultura africana. Argumentou que a visão europeia deturpava essa identidade e pediu um olhar acadêmico sobre a questão. Reforçou a necessidade de creches quilombolas para ensinar a cultura africana desde cedo, combatendo a vergonha da identidade negra. Criticou a ocupação de espaços quilombolas por valores evangélicos e alertou para uma cruzada cultural que marginalizava as tradições africanas. Cobrou da Secretaria de Cultura do Estado ações concretas, mencionando a existência de uma lei para nomear uma escola técnica em Olinda, que nunca foi implementada. Sugeriu que, na impossibilidade de construir uma nova escola, fosse dado início a um projeto dentro do quilombo, resgatando a identidade negra e combatendo a narrativa eurocêntrica que distorce a história. Propôs a realização de um censo para mapear a comunidade e criar políticas públicas voltadas para o emprego e a valorização dos saberes tradicionais. Finalizou agradecendo pela inclusão no debate e reforçando a urgência dessas ações. **Harlan Gadêlha** explicou que, segundo a legislação, casos de intolerância religiosa, quando registrados em delegacias não especializadas, são frequentemente classificados como brigas de vizinhos. Ressaltou que, embora existam delegacias especializadas, sua atuação isolada não é suficiente sem o suporte de uma vara específica. A legislação federal tipifica o ódio e a intolerância religiosa como crimes, porém, sem uma vara especializada, um juiz de vara penal os trataria como crimes comuns. Sugeriu que a estrutura do Tribunal de Justiça de Pernambuco contasse com uma vara específica e que a Procuradoria-Geral de Justiça criasse uma coordenação para intolerância religiosa. Assim, um promotor ou procurador de justiça seria responsável por essa coordenação, recebendo denúncias da polícia e conduzindo a acusação na vara especializada. Esse foi o roteiro proposto. **Ana Barbosa** esclareceu que, naquele momento, não seriam feitos convites, mas sim realizada uma reunião para elaborar um manifesto, que posteriormente seria encaminhado a diferentes instâncias para dar visibilidade ao tema. Explicou que a segunda grande ação seria a articulação para reunir todos os interessados em um mesmo espaço e momento. Ressaltou que, para quem não acompanhava o dia a dia do Conselho, era importante entender sua autonomia e forma de manifestação, que ocorria por meio de declarações escritas e articulações, sem poder de imposição ou execução. O Conselho se expressava por meio de apoio, aplauso, repúdio ou outras formas de posicionamento. O objetivo

524ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

era utilizar esses canais para reunir os envolvidos e promover um amplo debate, permitindo que representantes de instituições como o Tribunal de Justiça e o Ministério Público assumissem suas respectivas missões e transformassem a discussão em ações concretas. Assim, o Conselho contribuiria facilitando conexões e articulações. **Harlan Gadêlha** destacou que as conversas com as instituições ocorreriam após as audiências. Explicou que Pai Ivo havia anunciado a solicitação de uma audiência com a Governadora e propôs que o Conselho também fizesse esse pedido para acompanhá-lo. Além disso, sugeriu que o Conselho solicitasse outras audiências para se fazer presente junto a Pai Ivo, incluindo reuniões com o presidente do Tribunal de Justiça, o procurador-geral de Justiça e, conforme a proposta de Elinildo, com o presidente da Assembleia Legislativa de Pernambuco. **Maria Elizabeth Santiago** ressaltou a importância do fórum para o debate e a instrumentalização da palavra, destacando sua representatividade. Enfatizou que a violência sofrida por Pai Ivo representava uma agressão aos povos de terreiro como um todo. Defendeu que toda a documentação produzida deveria incluir essa perspectiva, mencionando especificamente o terreiro da Xambá, reconhecido como Patrimônio Vivo. Ressaltou, porém, que nenhum terreiro deveria ser alvo de violência, como ocorrido naquele caso e em outras situações. **Teresa Duere** destacou que o dia havia sido marcado por uma reflexão profunda, indo além do simples ato de apoio. Ressaltou o impacto do ocorrido na cidadania e na consciência coletiva, enfatizando a necessidade de identificar e agir sobre as questões mais urgentes. Apontou como prioridade evitar que determinados padrões de violência se estabelecessem, pois, uma vez enraizados, seriam mais difíceis de combater. Defendeu a mobilização imediata e a busca por estratégias de enfrentamento. Considerou fundamental o uso dos meios de comunicação, incluindo redes sociais, jornais, televisão e rádio, para ampliar a denúncia e engajar a sociedade. Afirmou que a violência sofrida por Pai Ivo não era um caso isolado, mas uma questão coletiva, e que o silêncio equivaleria a conivência. Sugeriu, paralelamente, a articulação com o Tribunal de Justiça e outras instituições, reconhecendo que algumas ações poderiam ter respostas rápidas, enquanto outras demandariam maior articulação. Propôs levar o debate às Confederações, articulando diretamente com a Vice-governadora, além de dialogar com o Tribunal de Justiça, o Ministério Público e a Defensoria Pública. Defendeu a busca por entrevistas e a inserção da pauta na mídia, destacando que o tema não era apenas político ou cultural, mas uma questão de cidadania. **Ana Barbosa** destacou que a primeira ação a ser realizada, dentro das atribuições do Conselho, seria a manifestação oficial por meio de um pronunciamento. Sugeriu a elaboração de um texto que expressasse a posição do Conselho, reforçando a preocupação com a liberdade religiosa, o Estado laico e a não discriminação. Explicou que essa declaração seria o resultado do debate e da escuta promovidos no encontro. Ressaltou que outras ações seriam desdobradas posteriormente, seguindo uma sequência planejada, conforme indicado por uma conselheira, embora ainda fosse necessário definir o momento exato para sua implementação. **Maria Elizabeth Santiago** sugeriu que se tivesse atenção ao uso do termo "desrespeito" em casos de violência religiosa, enfatizando que tais atos eram crimes tipificados e não meros desrespeitos. Destacou a relevância dessa distinção, alertando que amenizar a gravidade dos fatos poderia enfraquecer a denúncia. Lembrou que a Constituição, no art. 5º, assegurava que ninguém poderia ser escarnecido,

524ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

vilipendiado ou humilhado por sua fé, reforçando a necessidade de tratar tais ocorrências como crimes. **Henrique Luiz** reforçou a fala de Harlan, destacando que o grupo não tinha autoridade para convocar o governador, o presidente da Assembleia, o presidente do Tribunal de Justiça ou representantes do Ministério Público. Explicou que, desde a primeira fala de Pai Ivo, compreendeu que a intenção era solicitar uma audiência, e não impor convocações. Ressaltou que alguns termos utilizados no primeiro parágrafo poderiam gerar interpretações equivocadas. **Pai Ivo da Xambá** comentou que os poderes envolvidos eram diferenciados. Explicou que, ao solicitar uma reunião com a Governadora, ela convocaria seus poderes para participar, o que já traria uma resposta positiva. Destacou que, ao pedir audiência com o Tribunal, a ação seria válida, pois isso faria com que os envolvidos se sentissem valorizados em seus papéis, reconhecendo a independência de cada um. **Harlan Gadêlha** sugeriu, em consenso com Pai Ivo e os demais conselheiros, que o pedido à Governadora fosse focado na criação da delegacia especializada, devido à gravidade da situação. Explicou que, ao fazer vários pedidos, a Governadora poderia priorizar os mais simples, alegando que atendeu parcialmente, deixando os demais para serem resolvidos posteriormente. Afirmou que a criação da delegacia teria impacto nas demais audiências, como as do Tribunal de Justiça e do procurador-geral de Justiça, e que, ao ser abordado pela imprensa, o Conselho deveria manter uma posição unificada, solicitando exclusivamente a delegacia especializada. Nos informes, **Harlan Gadêlha** convidou os membros do Conselho para um evento no dia 13, quinta-feira, em Goiana, em comemoração aos 200 anos da Confederação do Equador. Solicitou que seus processos não fossem colocados em votação nessa data, pois estaria participando da homenagem a Frei Caneca, que incluiria a inauguração de um busto na Praça Frei Caneca, em frente ao Convento do Carmo. Informou que a cerimônia ocorreria às 9h e contaria com a presença da vice-governadora e da coordenadora da comissão. **Ana Barbosa** encerrou a reunião e convocou o próximo encontro para quinta-feira, dia 13, das 9h às 12h, na Casa dos Conselhos, com a pauta a ser divulgada na terça-feira. Lembrou que os relatórios técnicos ainda estavam pendentes e que seria necessário definir os relatores dos processos. Mencionou que dois pedidos haviam sido entregues pelo conselheiro Harlan e que o ofício da Fundarpe, solicitando nomes para o Prêmio Ayrton, já havia sido recebido. Ressaltou que os temas mais urgentes seriam tratados na próxima reunião, incluindo a definição da mesa diretora, destacando a importância de cumprir a pauta sem contratemplos. Nada mais a tratar, deu por encerrada a reunião. **Maria Cláudia Dubeux de Paula Figueiredo Batista** e eu, **George André Gomes Bezerra**, Servidor Público, na ausência da Secretária Amanda Carneiro, lavrei a presente ata, que, depois de achada conforme, será assinada por mim e pelos (as) demais presentes na reunião.

George André Gomes Bezerra
George André Gomes Bezerra (Servidor Público)

Maria Cláudia Dubeux de Paula Figueiredo Batista
Maria Cláudia Dubeux de Paula Figueiredo Batista (Presidente)



524ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

Ana de Fátima Byaga Barbosa (Vice presidente)

Augusto Ferrer de Castro Melo

Cláudio Brandão de Oliveira

Elinildo Marinho de Lima

Francisco Sidney Rocha de Oliveira

Harlan de Albuquerque Gadêla Filho

Maria Elizabeth Santiago de Oliveira

Maria Teresa Caminha Duere

Renata Duarte Borba

Cristiane Feitosa Cordeiro de Souza

Henrique Luiz de Lucena Souza

Márcio Campos D'Oliveira

Mons. José Albérico Bezerra